



FAPEN

Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo

Ofício nº 210/2019

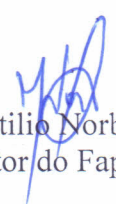
Campo Largo 16 de outubro de 2019

Ao
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Em resposta ao Ofício nº 87/19 recebido no dia 15 de Outubro do corrente ano, referente ao Projeto de Leiº 79/19, informo o Estudo do Impacto Financeiro do cargo de Assessor Jurídico deste Instituto.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente


José Atilio Norberto
Diretor do Fapen

Ilmo. Sr. Darci Antônio Andreassa
Presidente da Comissão
nesta



FAPEN

Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo

ESTUDO DE IMPACTO

DEMONSTRATIVOS DAS DESPESAS PREVISTAS

Simulações para efeito comparativo da despesa mensal

Cargo: Assessor Jurídico

o

DESPESA MENSAL COM SALÁRIOS (a)	4.773,63
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL % (b)	527,83
TOTAL DA DESPESA MENSAL PREVISTA ©	5.831,84
TOTAL DA DESPESA PROJETADA PARA 2020 = (a) vezes 12 meses	69.982,08
DESPESA PREVISTA COM O 13º , FÉRIAS E 13 DE FÉRIAS NO PERÍODO	530,38
TOTAL GERAL DA DESPESA PROJETADA PARA 2020/2021 E 2022)	209.946,24

O exame dos valores do quadro demonstrativo permite concluir com segurança, que a implantação Deste cargo não provocará outras despesas que não as obrigatórias e de caráter continuado, fato este que justificativa a não apresentação do Impacto Orçamentário/Financeiro, pedimos vênha, para apresentar os seguintes esclarecimentos quanto a:

- 1º - Indicação dos recursos orçamentários para o custeio das despesas obrigatórias de caráter continuado no exercício financeiro de 2019;
- 2º - Não afetação das metas de resultado fiscal previstas para o exercício.

Para suportar as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado referentes ao pagamento de estatutários, previsão para férias e, as decorrentes da aprovação deste projeto podemos afirmar que consta aprovado pela LOA/2019 - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, nos programas de trabalho, nas correspondentes dotações para pagamento de pessoal e encargos.

Quanto a não afetação das metas de resultado fiscal previstas para o exercício, declara-se que as despesas obrigatórias de caráter continuado, inclusive as oriundas da aprovação deste Projeto, por estarem previstas na Lei



FAPEN

Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo

ESTUDO DE IMPACTO

DEMONSTRATIVOS DAS DESPESAS PREVISTAS

Simulações para efeito comparativo da despesa mensal

Cargo: Assessor Jurídico

o

DESPESA MENSAL COM SALÁRIOS (a)	4.773,63
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL % (b)	527,83
TOTAL DA DESPESA MENSAL PREVISTA ©	5.831,84
TOTAL DA DESPESA PROJETADA PARA 2020 = (a) vezes 12 meses	69.982,08
DESPESA PREVISTA COM O 13º , FÉRIAS E 13 DE FÉRIAS NO PERÍODO	530,38
TOTAL GERAL DA DESPESA PROJETADA PARA 2020/2021 E 2022)	209.946,24

O exame dos valores do quadro demonstrativo permite concluir com segurança, que a implantação Deste cargo não provocará outras despesas que não as obrigatórias e de caráter continuado, fato este que justificativa a não apresentação do Impacto Orçamentário/Financeiro, pedimos vênha, para apresentar os seguintes esclarecimentos quanto a:

- 1º - Indicação dos recursos orçamentários para o custeio das despesas obrigatórias de caráter continuado no exercício financeiro de 2019;
- 2º - Não afetação das metas de resultado fiscal previstas para o exercício.

Para suportar as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado referentes ao pagamento de estatutários, previsão para férias e, as decorrentes da aprovação deste projeto podemos afirmar que consta aprovado pela LOA/2019 - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, nos programas de trabalho, nas correspondentes dotações para pagamento de pessoal e encargos.

Quanto a não afetação das metas de resultado fiscal previstas para o exercício, declara-se que as despesas obrigatórias de caráter continuado, inclusive as oriundas da aprovação deste Projeto, por estarem previstas na Lei




FAPEN

Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo

Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2019, subordinam-se ao controle de execução segundo a receita, com a finalidade de não serem desrespeitadas nem afetadas as metas de resultado fiscal previstas.

Para concluir, seja em relação aos futuros que possam também envolver a utilização dos recursos públicos, continuará prevalecendo a responsabilidade de cumprir os princípios constitucionais aplicáveis aos gestores públicos.

Campo Largo, 16, de outubro de 2019.


José Atilio Norberto
Diretor Geral do Fapen



FAPEN

Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DAS DESPESAS PREVISTAS
COM AO ORÇAMENTO DE 2019.

Declaro, em cumprimento ao estabelecido pela Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que as despesas correspondentes ao Projeto de Lei ora encaminhado, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária de 2019 e a programação dela decorrente é compatível com o que consta da LDO e do PPA em relação ao Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo-FAPEN

Campo Largo, 16, de outubro de 2019.


José Atilio Norberto
Diretor Geral do Fapen